



Comunicado de Imprensa
Luxemburgo, 11 de novembro de 2019

Os sistemas informáticos que apoiam o controlo das fronteiras de Schengen estão bem concebidos, mas é necessário introduzir dados mais completos e atempados, alerta o Tribunal de Contas Europeu

Segundo o novo relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE), as autoridades de controlo das fronteiras dos Estados-Membros devem concentrar-se mais em introduzir rapidamente dados completos nos sistemas de informação da UE que apoiam a vigilância das fronteiras externas do espaço Schengen. Estes sistemas são um instrumento sólido e cada vez mais utilizado pelos guardas de fronteira na realização dos controlos fronteiriços. No entanto, alguns dados não estão atualmente incluídos nos sistemas e outros estão incompletos ou não foram introduzidos em tempo útil, o que reduz a eficiência de alguns controlos de fronteira, afirma o Tribunal.

A criação do espaço Schengen, que suprimiu os controlos nas fronteiras entre os 22 Estados-Membros participantes e outros quatro países europeus, salientou a importância de um controlo e de uma vigilância eficazes das fronteiras externas desse espaço para evitar a criminalidade e o terrorismo e controlar a migração. De acordo com as estimativas, a UE disponibilizou mais de 600 milhões de euros para a criação dos sistemas informáticos destinados a facilitar o trabalho dos guardas de fronteira.

O Tribunal examinou de que forma os principais sistemas informáticos utilizados no controlo de fronteiras permitiram aos guardas de fronteira controlar os indivíduos que entram no espaço Schengen através dos pontos de passagem fronteiriços autorizados – fronteiras terrestres, portos marítimos e aeroportos. Esses sistemas são usados para os controlos de pessoas e objetos, vistos e pedidos de asilo, comparação de impressões digitais e registos de passageiros. O Tribunal realizou visitas na Finlândia, França, Itália, Luxemburgo e Polónia.

"Os guardas de fronteira recorrem aos dados dos sistemas informáticos para decidir se devem deixar entrar uma pessoa, mas por vezes não obtêm informações adequadas dos sistemas para tomar essa decisão", afirmou Bettina Jakobsen, Membro do TCE responsável pelo relatório. "A auditoria do Tribunal visou determinar, a nível da conceção e utilização destes sistemas, os aspetos que podem ajudar os guardas de fronteira a desempenhar as suas funções de forma mais eficiente."

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral do relatório encontra-se em eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

Os sistemas informáticos de Schengen são geralmente bem concebidos de maneira a facilitar os controlos fronteiriços e os Estados-Membros visitados respeitaram, de um modo geral, os requisitos jurídicos, afirma o Tribunal. Contudo, alguns países facilitaram mais a eficiência dos controlos fronteiriços do que outros. Além disso, os Estados-Membros poderão utilizar os sistemas informáticos de forma mais sistemática.

Mais de metade dos guardas de fronteira que responderam a um inquérito do Tribunal já permitiu que pessoas atravessassem as fronteiras sem consultar os sistemas. Em especial, o Tribunal detetou uma discrepância entre o número de vistos Schengen emitidos e o número de vistos verificados, o que pode indicar que os vistos não são sistematicamente controlados em todos os postos fronteiriços.

Os guardas de fronteira nem sempre obtêm dados atempados e completos dos sistemas. Quando controlam um nome, podem receber centenas de resultados (sobretudo falsos positivos), que têm de verificar manualmente. Esta situação não só torna os controlos nas fronteiras menos eficientes, como também aumenta o risco de se ignorarem verdadeiras respostas positivas, afirma o Tribunal.

Os atrasos consideráveis na aplicação prática das soluções informáticas relativas à vigilância e aos registos dos passageiros impediram as autoridades fronteiriças de partilhar informações importantes. Os atrasos afetaram também o intercâmbio de informações sobre a situação nas fronteiras e dos dados relativos às impressões digitais. O Tribunal alerta para o facto de o atraso na transmissão dos dados sobre impressões digitais poder levar a que o país errado seja designado responsável pelo tratamento do pedido de asilo. Além disso, os Estados-Membros demoram muito tempo a corrigir as insuficiências detetadas durante as avaliações dos sistemas, que no entanto o Tribunal constatou serem "exaustivas e metódicas".

O Tribunal recomenda que a Comissão Europeia promova mais formações sobre os sistemas informáticos, melhore os procedimentos de qualidade dos dados, analise as discrepâncias nos controlos de vistos, reduza os atrasos na introdução dos dados e acelere a correção das insuficiências detetadas.

Nota aos diretores das publicações

Embora cada país Schengen seja responsável pela proteção das suas próprias fronteiras, uma cooperação eficaz entre eles exige um certo nível de harmonização dos controlos de fronteira e uma política de vistos comum. Em 2018, estes países emitiram mais de 14 milhões de vistos Schengen de curta duração. Entre outubro de 2015 e setembro de 2017, a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha e a Grécia (os países com o maior número de vistos) emitiram quase 18 milhões de vistos, mas efetuaram menos de 14 milhões de controlos. Os países Schengen utilizam igualmente mais de 200 tipos diferentes de vistos nacionais que permitem viajar pelo espaço Schengen. Estas autorizações não estão registadas no sistema informático comum, pelo que não são partilhadas com outros países.

O número de nacionais de países terceiros a quem foi recusada a entrada nas fronteiras externas variou entre 440 000 em 2017 e quase 500 000 em 2009. Entre 2013 e 2017, o número de correspondências relativas a pessoas e objetos procurados com base em indicações provenientes de outros países quase triplicou, passando de 87 000 para 243 000. Os relatórios mensais revelam aproximadamente 3 milhões de alertas de potenciais problemas de qualidade dos dados de um total de cerca de 82 milhões de registos.

A UE criou cinco sistemas informáticos de apoio: o Sistema de Informação de Schengen, o Sistema de Informação sobre Vistos, o Sistema "Eurodac" de comparação de impressões digitais, o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras e o sistema de registo de identificação dos passageiros. Os Estados-Membros utilizaram pouco os fundos da UE disponíveis para melhorar os sistemas informáticos para o controlo das fronteiras.

O Relatório Especial nº 20/2019, intitulado "Sistemas de informação da UE que apoiam o controlo das fronteiras – um instrumento sólido, mas os dados precisam de ser mais completos e atempados", está disponível no sítio Internet do TCE (eca.europa.eu) em 23 línguas da UE. O Tribunal publicou anteriormente

relatórios sobre assuntos relacionados, como os sistemas informáticos e os controlos aduaneiros, o Sistema de Informação de Schengen e a migração externa.

Contactos para a imprensa

Damijan Fišer – E-mail: damijan.fiser@eca.europa.eu

Tel.: (+352) 4398 45410 Telemóvel: (+352) 621 55 22 24